

# Desafios de gestão multicultural numa universidade internacional: caso da UNILAB

BASÍLELE MALOMALO

**RESUMO:** O artigo fundamenta-se na ideia do poder subversivo do multiculturalismo subalterno para analisar, partindo da experiência do seu autor e assente nos documentos selecionados, os desafios que a UNILAB enfrenta para se constituir como uma verdadeira universidade de integração internacional e de cooperação solidária entre Brasil e África.

**Palavras-chave:** Educação.  
UNILAB. Multiculturalismo.  
Cooperação.



## Multicultural management challenges at an international university: the case of UNILAB

**ABSTRACT:** The article is based on the idea of the subversive power of subaltern multiculturalism to analyze, based on the experience of its author and the selected documents, the challenges that UNILAB faces in order to constitute itself as a true university of international integration and solidary cooperation between Brazil and Africa.

**Keywords:** Education. Brazil. Africa. Multiculturalism. Cooperation.

---

**BASÍLELE MALOMALO**

Doutor em Sociologia, docente no curso de Relações Internacionais e no Mestrado Interdisciplinar em Humanidades/ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira e Líder do Grupo de Pesquisa África-Brasil: Produção do conhecimento, sociedade civil, desenvolvimento e cidadania global. E-mail: basielele@unilab.edu.br

---

RECEBIDO: 02/04/2018

APROVADO: 30/04/2018

## **1 O PODER SUBVERSIVO DO MULTICULTURALISMO SUBALTERNO**

O tema deste texto está relacionado aos estudos feitos pelos teóricos do multiculturalismo, como Richard Allaire et al (2007), Charles Taylor (1998), Boaventura de Sousa Santos (2003), Stuart Hall (2005), Luiz Aberto Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2006), assim como à teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu (2002).

Compreendo o multiculturalismo como um campo que exige uma gestão do poder (BOURDIEU, 2002) no contexto das diferenças. Em outras palavras, inspirando-me em Hall (2003, p. 52), o multiculturalismo “[r]efere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais. [...] [significa também] a filosofia específica ou doutrina que sustenta as estratégias multiculturais”. Da sua parte, Costa (1994), Santos (2006), Gonçalves e Silva (2006) têm insistido em seus estudos sobre a pressão que os movimentos sociais fazem sobre os governos para a transformação de suas reivindicações em políticas públicas ou, quando essas já existem, para o seu funcionamento.

Esse tipo de multiculturalismo é visto por Santos (2003) como multiculturalismo progressista ou emancipatório. Trata-se de um multiculturalismo crítico (MCLAREN, 2000) e promotor de espaços educativos e democráticos (TORRES, 2001) que só acontecem levando-se em conta os princípios da interculturalidade progressista (SANTOS, 2003) ou a interculturalidade crítica, vista por Walsh (2009) e Moore (2007) como aquela que assume a colonialidade, o racismo e o machismo como elementos estruturantes das sociedades latino-americanas.

A interculturalidade crítica tem por objetivo promover os direitos dos grupos oprimidos. Para que se alcance o sucesso de políticas públicas e a expansão de liberdades dos/as oprimidos/as nos contextos pós-abolição no sul global (como na sociedade brasileira), é preciso considerar os sujeitos de direitos a partir de suas realidades de inserção (MALOMALO, 2017a, 2017b). Nesse trabalho, os sujeitos que me interessam são imigrantes africanos/as que compõem a comunidade acadêmica da Universidade da

Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB. Em outros estudos (MALOMALO, MARTINS; FREIRE, 2017c; MALOMALO, 2017d), os autores sugerem que as políticas públicas concernentes a essa população, no Brasil, deveriam sempre levar em conta a interseccionalidade entre raça, classe, gênero e a situação migratória.

Nesse trabalho, dou peso às categorias de raça e racismo para pensar a integração dos/as africanos/as na UNILAB. Raça, aqui, remete a um grupo social que é visto pelo outro a partir do fenótipo, com peso na cor (a cor negra) e na origem/descendência (a africana). O ser africano/a, portanto, tende a criar uma representação negativa de quem é portador/a de uma identidade africana. Essa identidade africana é que, em grande parte, gera racismo, preconceito racial ou discriminação racial nas sociedades racializadas como o Brasil (MALOMALO, MARTINS; FREIRE, 2017c; KALY, 2001; LANGA, 2016). Diga-se de passagem, todos/as os/as teóricos/as do multiculturalismo que já mencionei, e particularmente D'Adesky (2001), Paixão (2006) e Walsh (2009), insistem sobre o peso da raça e do racismo quando se discute sobre os modos de fazer políticas públicas em contextos multiculturais. Ademais, devido a sua natureza estrutural, pessoas negras descolonizadas e não descolonizadas que não praticam a vigilância epistêmica e ético-política podem vir a reproduzir o racismo. Essa reprodução acontece, pautando-me em Hall (2002), quando os/as negros/as não se livraram completamente da estratégia essencializante da cultura dominante, que naturaliza e des-historiza a diferença e confunde o que é histórico e cultural, biológico e genético.

Nesse texto, discuto, além da forma como o racismo dos/as brancos/as afeta negros/as africanos/as e negros/as brasileiros/as na UNILAB, como os/as negros/as brasileiros/as reproduzem seu racismo nos corpos africanos dessa instituição durante o período analisado. Esse tipo de racismo tende a hierarquizar e negar os direitos às suas vítimas; opera, parafraseando Bento (2002), através da projeção, da discriminação por interesse e do silenciamento. Vê o/a negro/a africano/a como o negro/a do mais baixo nível, um animal (FANON, 2008). Por isso, na perspectiva de quem o/a discrimina, esse/a não merece ocupar cargos de confiança na

instituição aqui estudada. O/a negro/a africano, emprestando a expressão de Moore (2010), incomoda.

Este trabalho analisa algumas manifestações públicas dos agentes da comunidade acadêmica da UNILAB, mormente docentes e discentes que pressionaram as quatro gestões superiores no período de 2013 até 2018. O período investigado é de 2012 e 2018, durante o qual a UNILAB contou com quatro administrações, das quais o autor deste texto é testemunha: as gestões de Paulo Speller (2011-2013), de Nilma Lino Gomes (2013-2014), de Tomaz Aroldo da Mota Santos (2014-2016) e de Anastácio de Queiroz Souza (2016-2018). As três primeiras reitorias foram indicadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e a última pelo governo Temer. Mota Santos é um intelectual negro que sucedeu a Lino Gomes – mulher negra, ativista do movimento negro e especialista nos estudos das relações raciais.

A UNILAB é uma universidade pública brasileira, criada no contexto de atendimento, da parte do governo Lula, das demandas dos movimentos sociais, especialmente movimentos negros, e da elaboração de sua política de expansão das universidades para o interior. Fora isso, seu surgimento foi uma resposta às demandas externas, à aproximação com os países do Sul e, de forma particular, com os países africanos.

No primeiro capítulo de seu primeiro Estatuto, estão definidos a sua missão, um dos seus princípios e objetivos:

Art. 2º. A Unilab, universidade pública federal brasileira, é vocacionada para a cooperação internacional e compromissada com a interculturalidade, a cidadania e a democracia nas sociedades, fundamentando suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos (UNILAB, 2013, artigo 2).

Foi instituída pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010 (BRASIL, 2010). Suas Diretrizes foram promulgadas em julho de 2010, e a Comissão da sua Implementação foi instalada em outubro de 2008 (UNILAB, 2010). As primeiras turmas iniciaram suas aulas na gestão do reitor *pro tempore* Paulo Speller e da vice-reitora Maria

Elias Soares (2011-2013). Hoje, essa Universidade está implementada no interior do Ceará, no Maciço de Baturité (nas cidades de Acarape e Redenção) e no Recôncavo baiano (cidade de São Francisco do Conde).

Do ponto de vista metodológico, consideramos a UNILAB, que é uma comunidade acadêmica multicultural e internacional, como um campo onde diversos agentes interagem na disputa para a construção da universidade que cada grupo considera ideal. Fui um dos agentes dessas disputas desde minha chegada na instituição, em 2012. As interpretações feitas sobre os acontecimentos do período em questão não pretendem ser “dogmas acadêmicos”; trata-se de simples pontos de vista que buscam se fundamentar na crítica radical para a construção de uma UNILAB que todos desejam, mesmo aqueles que considero como pertencentes a campos opostos.

O texto foi escrito a partir de documentos (LE GOFF, 2012) que acompanharam os fatos ocorridos na UNILAB, como dito, entre 2013 e 2018. São cartas, editais, ofícios, matérias de imprensas ou mídia (MEDRADO, 1999) que registraram as lutas de docentes e discentes críticos às gestões que a instituição teve, além de alguns textos trocados nos e-mails oficiais e no *Facebook*. Por uma questão de privacidade, não se pretende mencionar nomes de seus autores.

Este artigo utiliza também uma bibliografia de Ciências Sociais que trata de forma particular o tema do multiculturalismo (cujos autores principais já foram inicialmente mencionados), especialmente do multiculturalismo no contexto brasileiro, que envolve as relações entre brancos, negros brasileiros e africanos. Serve-se igualmente de uma literatura especializada que trata do racismo vivenciado pela diáspora africana no Brasil (KALY, 2001; LANGA, 2016; SOUZA, 2014; SOUZA, O., 2018), além de minha própria experiência de pesquisador e ativista social dentro das associações afro-brasileiras e africanas (MALOMALO, 2017d).

O trabalho está organizado em três seções. A primeira analisa a integração de africanos/as nos cursos, nos corpos docentes e de técnicos administrativos/as em educação (TEAs) da UNILAB. A segunda destaca as estratégias do reitor *pro tempore* do Governo

Temer como ameaça ao projeto da UNILAB, quando visou modificar os processos seletivos de estudantes internacionais. A terceira é uma reflexão sobre as tentativas de construção de um espaço multicultural democrático na UNILAB como parte das disputas políticas sobre o projeto.

## **2 INTEGRAÇÃO DE AFRICANOS/AS COMO DESAFIOS PARA A UNILAB**

O primeiro tema que tratarei nesta seção é a falta de representatividade africana na UNILAB. Para tanto, servir-me-ei dos dados disponíveis que retratam os números de agentes que formam a comunidade acadêmica desta instituição: docentes, TEAs e discentes. O que pretendo destacar é a falta de representatividade de estudantes africanos/as nos cursos ofertados pelas UNILAB.

A UNILAB, dentro de seus respectivos Institutos, oferece quatorze cursos de graduação presencial e um de ensino a distância (EAD). O Instituto de Ciências Sociais Aplicadas oferece o curso de Administração Pública nas modalidades presencial e a distância; o Instituto de Desenvolvimento Rural oferece o curso de Agronomia; o Instituto de Ciências Exatas e da Natureza oferece os cursos de Ciências da Natureza (Biologia; Química e Física) e de Matemática; o Instituto de Humanidades e Letras oferece os cursos de Bacharelado em Humanidades e em Antropologia, e Licenciaturas em Letras, Sociologia, História e Pedagogia; o Instituto de Ciências da Saúde oferece o curso de Enfermagem; o Instituto de Engenharia e Desenvolvimento Sustentável, finalmente, oferece o curso de Engenharia de Energias.

Os cursos de pós-graduação são nove, sendo dois cursos de especialização de modalidade presencial: Especialização em Gestão Governamental e Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Indígena e Africana; e cinco de modalidade EAD: Especialização em Gestão Pública, Especialização em Gestão Pública Municipal, Especialização em Gestão em Saúde, Especialização em Saúde da Família e Especialização em Gestão de Recursos Hídricos, Ambientais e Energéticos.

A universidade tem também cinco Mestrados Acadêmicos: Mestrado Acadêmico em Sociodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS), Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH), Mestrado em Enfermagem (MAENF), Programa de Mestrado em Antropologia UFC-UNILAB (PPGA UFC-UNILAB) e Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT).

O quantitativo geral de estudantes da UNILAB de graduação, pós-graduação, presencial e de ensino a distância (EAD) é 6.5291. Os dados apurados permitem discutir a cooperação entre Brasil-África, do ponto de vista da gestão de poder no espaço multicultural e internacional, da forma seguinte: o primeiro dado é que o perfil do estudante aponta para a maioria absoluta brasileira (3.793 brasileiros, contra 2736 internacionais) em todas as modalidades de cursos. Portanto, o preceito que estipula paridade de vagas, presente nas diretrizes de fundação da instituição, não vem sendo cumprido. O preceito em questão advoga que

[a] fim de concretizar sua proposta, metade dos estudantes será composta por jovens residentes no Brasil; a outra metade será selecionada por meio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, especialmente africanos, e da Região de Macau. (UNILAB, 2010, p. 10).

Os cursos de EAD, na modalidade de graduação ou especialização, têm um número elevado de brasileiros. Não tenho nenhuma notícia de estudantes africanos/as que frequentem o curso de Administração Pública à distância entre os 752 estudantes. Aliás, uma das nossas brigas sempre foi para mostrar que o projeto pedagógico desse curso era 'brasileiro', entenda-se com isso eurocêntrico. Entre os 1.697 que frequentam os cursos de pós-graduação *lato sensu*, tem-se uma dezena de estudantes africanos/as que moram em Fortaleza ou são estudantes de graduação da própria instituição que buscam qualificação.

---

1 A partir das informações disponibilizadas pelo Serviço de comunicação da UNILAB (Disponível em: < <http://www.unilab.edu.br/unilab-em-numeros/> >. Acessado em 8 jun. 2018) e Diretoria de Registros e Controle Acadêmico – DRCA (Dados de abril/2015. Disponível em: < <http://www.unilab.edu.br/dadosquantitativos/> >. Acesso em: 8 jun. 2018).

Os/as gestores da UNILAB têm falhado no sentido a usar do potencial que a tecnologia oferece para criar um braço da universidade virtual da UNILAB que deveria integrar o Brasil com os países da CPLP. Isso está previsto nos objetivos do seu programa de mobilidade, chamado Rede de Instituições Públicas de Ensino Superior (RIPES)<sup>2</sup>, mas nada foi feito até esse momento. Uma das razões que explicam a ausência de estudantes africanos/as, do meu ponto de vista, é a inexistência de uma política institucional para estudantes africanos/as nos cursos de EAD. Embora isso seja contemplado nas Diretrizes da UNILAB, não é ainda tratado pelas gestões superiores como um assunto prioritário.

Nos cursos presenciais de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, a UNILAB tem 2.942 estudantes brasileiros/as e 1.034 estudantes internacionais, sendo 1.006 africanos/as e 28 timorenses. Entre os/as estudantes africanos/as, a maioria é guineense, 628.

Nos mestrados acadêmicos, a mesma desigualdade persiste. Num universo de 104 estudantes matriculados/as, foram identificados 99 brasileiros/as e cinco estudantes guineenses, dos quais três no MIH; um no MAENF e um no PPGA UFC-UNILAB.

O MASTS, programa de mestrado mais antigo, iniciado em 2014, tem apenas um estudante guineense. Em seu primeiro processo seletivo, em 2014, durante a gestão da reitora Nilma Lino Gomes, foram incluídas as cotas raciais para candidatos negros e indígenas brasileiros (UNILAB, 2014a). As cotas raciais não foram mais mencionadas em 2016 (UNILAB, 2016b). No edital de 2017 aparece esse novo elemento: “[2.1.1] Serão destinadas 02 (duas) vagas a negros, índios e deficientes, devendo a vontade de concorrer a esta vaga ser declarada pelo candidato na ficha de inscrição do processo” (UNILAB, 2017a, p. 2). Em 2018, menciona-se: “Serão 02 (duas) vagas destinadas a ações afirmativas a seguir: a negros; ou índios e/ou pessoas com deficiência, devendo a vontade de concorrer a esta vaga ser declarada pelo candidato na ficha de inscrição do processo” (UNILAB, 2018, p. 2).

Porém, não se observa nenhuma política institucional para estudantes africanos/as egressos/as dos cursos de graduação da

---

2 Disponível em: <<http://www.ripes.unilab.edu.br/>>. Acesso em: 8 jun. 2018.



própria instituição, ou ainda que moram tanto no continente quanto no território brasileiro. Esse programa de mestrado não tinha nenhum candidato africano até 2015, e cada vez mais comporta uma resistência em relação à política de cotas para brasileiros/as e de paridade entre estudantes brasileiros/as e dos países parceiros, especialmente africanos.

O MIH, por ser um curso ligado ao Instituto de Humanidades e Letras, incluiu, através de seu colegiado, logo em seu primeiro processo seletivo, em 2016, as políticas de cotas: uma (1) vaga para candidato portadores de necessidades especiais; 50% de vagas para candidatos brasileiros e 50% para candidatos estrangeiros dos países parceiros da UNILAB (UNILAB, 2016b). Inscreveram-se em torno de cinco candidatos/as africanos/as da Guiné-Bissau, sendo quatro residentes no Ceará e um deles graduando no curso de Administração Pública da UNILAB; o outro candidato se inscreveu a partir do seu país. Este último não conseguiu participar do processo seletivo por falta de logística, e os quatros residentes no Brasil não tiveram sucesso no processo seletivo. Na atualidade, há três estudantes guineenses, oriundos de cursos de graduação da UNILAB: um do curso de Administração Pública, um do curso de Letras e o último advindo do curso de Sociologia.

O PPGA UFC-UNILAB, um dos últimos programas de mestrado criados na UNILAB, em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC), em seu primeiro processo seletivo, em 2017, destinou, entre as 13 vagas ofertadas, 3 vagas exclusivamente para o sistema de cotas (UFC; UNILAB, 2017). Além de termos conhecimento de que frequenta esse curso uma estudante guineense oriunda do curso de graduação em Antropologia, não sabemos quantos estudantes negros/as estão nele matriculados/as para além das três vagas de cotas garantidas.

Que lição podemos tirar destes três programas, do ponto de vista da gestão da diversidade? A lição é que o grupo conservador do MASTS está esvaziando o programa do debate sobre a política da diversidade multicultural, enquanto o MIH encarou esse debate, mas falhou em certo aspecto na sua primeira experiência. De outro lado, os/as africanos/as, na qualidade de indivíduos e associações, devem se articular cada vez mais para ter acesso a esses

direitos oferecidos num contexto internacional e, com isso, possibilitar o avanço da UNILAB na implementação do multiculturalismo democrático na sua dimensão de integração internacional.

Por que se chegou a esse número tão desigual? Primeiro, como defendi em outro texto (MALOMALO, 2015), a UNILAB tem sido usada pelos governos petistas como instrumento de propaganda para assegurar o poder do PT em nível nacional e internacional. Muitas vezes esse marketing foi confundido com a gestão de um patrimônio público de vocação internacional. Dito em outras palavras: nas incertezas do mundo político, o PT preferiu apostar na UNILAB. O projeto inicial arrancou, mas acompanhado de muitas promessas que, em boa parte, foram atreladas aos interesses de políticas partidárias que objetivam, em grande parte, a conservação dos partidos nas eleições. O governo de Temer, embora de ideologia diferente do PT na gestão das universidades públicas, como veremos, comporta-se igualmente como um agente político profissional.

Desse ponto de vista, docentes, TEAs e discentes brasileiros/as e estrangeiros/as que iniciaram as atividades acadêmicas em 2011 trabalharam num quadro de precariedade e improviso. Não me refiro à falta de dinheiro, mas suspeito da cultura do improviso, chamada por DaMatta (1986) de “jeitinho brasileiro”, que caracteriza o fazer políticas públicas no Brasil como elemento explicativo deste comportamento. O agravante é que, no contexto de colonialidade racializada brasileira, quanto mais as políticas públicas se voltam para negros/as e pobres, pior fica a sua execução (PAIXÃO, 2006).

Das notícias que temos, pode-se perceber que os/as primeiros/as estudantes africanos/as que chegaram à UNILAB foram bem acolhidos/as. A universidade alugou-lhes casas na cidade e arcou com suas despesas de instalação. No entanto, a falta de planejamento e da cultura de fazer as coisas de forma certa, isto é, construindo a infraestrutura (salas de aulas, moradias, refeitório, espaços de esporte e lazer) e outros instrumentos de garantia de direitos (por exemplo, um ambulatório de qualidade), deixou essas obras em segundo plano e comprometeu o projeto desde seus primeiros dias (SOUZA, O., 2018).

Essa política de improviso se caracterizou igualmente na gestão de processos seletivos voltados para estudantes africanos/as. A falta do conhecimento dos territórios dos/as parceiros/as, da parte dos/as gestores brasileiros/as, sempre foi um empecilho no recrutamento de muitos estudantes africanos/as. A desconfiança que estes/as gestores/as têm tido com os poucos docentes africanos/as que trabalham na instituição tem dificultado a superação deste problema.

Como resultado dessa política do improviso, o que se percebeu é que alguns/mas estudantes de Angola, da primeira turma de 2011, sendo a maioria da classe média, queixaram-se junto aos seus pais sobre a falta de infraestrutura. Estes se reportaram ao governo do seu país, que enviou uma delegação para averiguar as queixas *in loco*. Depois de sua visita à UNILAB, em 2011, o governo de Angola decidiu não mais enviar seus/suas estudantes para a nossa universidade até que se melhorasse a infraestrutura. Todavia, deu aos pais a liberdade de enviar ou não seus filhos e filhas para esta instituição, e neste caso a reponsabilidade seria deles.<sup>3</sup>

Os/as gestores/as da UNILAB têm encontrado muitas dificuldades para atrair os/as estudantes de Moçambique. Para mim, as causas são aquelas que já evoquei, e este país é um caso especial para a consolidação do nosso argumento. Quando cheguei à UNILAB, em 2012, havia somente dois estudantes moçambicanos. Conversava a este respeito com dois colegas docentes e outros conhecidos moçambicanos que, como eu, achavam estranha a questão. Todos nós, como africanos, sabíamos que o argumento de que a expansão do ensino superior em Moçambique justificava a redução do número de seus estudantes era insustentável.

Os/as gestores/as da UNILAB não convidavam os dois docentes moçambicanos para encontrar uma solução para esse problema. Em todas as missões, para Moçambique como para outros países africanos, apenas brasileiros/as e pessoas ligadas aos/às

---

3 Esses acontecimentos me foram contados, em 2012, pelos/as estudantes angolanos/as e por uma das docentes que participavam da primeira turma da instituição.

gestores/as eram enviados. Sabíamos que concentrar os processos seletivos em Maputo era custoso para os candidatos que moram no norte do país. O nosso argumento foi sempre o de descentralizar os processos seletivos: não realizar somente nas embaixadas instaladas nas capitais, mas contar com ONGs e outros atores locais para levá-los para os territórios do interior. Mas nunca deram ouvidos à intelectualidade africana dessa instituição<sup>4</sup>.

Os/as estudantes da Guiné-Bissau têm se candidatado às vagas da UNILAB desde 2011, devido, especialmente, aos problemas políticos do seu país e à falta de instituições públicas de ensino superior. Ademais, observa-se igualmente que os docentes guineenses<sup>5</sup> têm sofrido menosprezo nessa instituição desde a sua implementação.

Em 2013, com a chegada da professora Nilma Lino Gomes, achamos que as coisas seriam diferentes. O que percebemos foi a exclusão dos/as docentes africanos/as nas missões de seleção de estudantes para a África. Além disso, foi na gestão dela que se votou uma resolução, em 2014, que reduziu a entrada de estudantes africanos/as de 50% para 20% (UNILAB, 2014b). Na ocasião, professores/as e discentes africanos/as e outros/as brasileiros/as se mobilizaram para impedir a votação dessa resolução no Conselho Universitário (CONSUNI), mas fomos vencidos/as na votação.

A nossa suspeita é que havia uma crise econômica em marcha. Isto se confirmou quando começou a haver atrasos e, mais tarde, cortes de auxílios de estudantes africanos e brasileiros. Essa suspeita é corroborada por Assis (2013) e Leite (2012), ao escreverem sobre os limites das políticas de expansão das universidades

---

4 O fato de ter um docente moçambicano numa coordenação desde 2014 e uma outra docente guineense desde 2018 em uma outra coordenação não mudou o quadro desigual de distribuição de poder. Todavia, cria possibilidade de democratização da universidade; faz o poder circular e possibilitar o acesso aos direitos, especialmente para estudantes africanos.

5 Lembro-me de um deles ter me contado que estava com uma viagem marcada para uma missão oficial da UNILAB para Guiné-Bissau, mas o fato de ter apontado um erro numa reunião que teve em Brasília foi o motivo do cancelamento de seu visto – fato que lhe foi avisado pelo telefone. Isso aconteceu em 2012.

nos governos petistas, quando criticam a realidade de precariedade em que algumas delas se encontram.

As desigualdades na distribuição de poder, na UNILAB, afetam igualmente o quadro de servidores/as. Tendo em conta os dados levantados<sup>6</sup>, observo que, entre os 662 servidores/as presentes na instituição, 345 TEAs são brasileiros/as; e entre os docentes, 258 são brasileiros/as e 19 são internacionais; dentro desse número, tem-se 15 docentes africanos/as. Portanto, todas as gestões da UNILAB até o presente momento não cumpriram com a seguinte norma de suas diretrizes:

[os] docentes e pesquisadores serão contratados seguindo a mesma lógica de parceria podendo até metade de seu corpo docente – regular, visitante e bolsistas – ser de origem estrangeira, perfazendo a proposta de integração acadêmica e cooperação solidária (UNILAB, 2010, p. 11).

O que me interessa aqui é o fato de que, embora não comporte a política de paridade para os/as servidores/as, a UNILAB reconhece a necessidade de ter a presença de servidores/as dos países parceiros/as e especialistas em África e nas questões das políticas públicas de igualdade racial. Há questionamentos, mas não existe uma política deliberada para a contratação destes/as profissionais. Não se trata de falta de recursos materiais, mas da ausência de uma política institucional; o silenciamento do outro no contexto de execução de políticas públicas (FONSECA, 2009) é uma forma de dominá-lo/a, ou seja, de negar seus direitos.

Em outras palavras, o racismo que opera pelo silenciamento tem peso na execução de políticas públicas (BENTO, 2002; FERNANDES, 1978; PAIXÃO, 2006). É importante trazer as reflexões de Fanon (2008) em *Peles negras, mascaras brancas*, para pensar um pouco mais sobre a reprodução do racismo da parte de algumas pessoas negras da UNILAB. Foram ou ainda são gestores/as, professores/as ou estudantes. Afirmar isso não significa

---

<sup>6</sup> A partir das informações disponibilizadas pelo Serviço de comunicação da UNILAB (Disponível em: < <http://www.unilab.edu.br/unilab-em-numeros/> >. Acesso em 8 jun. 2018.

menosprezar o racismo branco existente nessa universidade. Em alguns momentos de disputa aberta ou velada do poder, ou em conflitos interculturais, o racismo à brasileira praticado pelos/as negros/as e/ou brancos/as brasileiros/as para com africanos/as manifestou-se através de estereótipos, discriminação ou silenciamento contra eles/as (MALOMALO, 2017c; SOUZA, O., 2018; LANGA, 2016). A África, na UNILAB, para retomar a expressão de Moore (2010), continua a incomodar as representações racistas. A reação dos/as racistas tende sempre para a invisibilização dos corpos africanos. Enfim, a falta de docentes e TEAs africanos/as inibe a dinâmica de construção de uma universidade de integração em termos efetivos.

A ausência de docentes africanos/as nas instâncias de poder, na UNILAB, tem a ver com o racismo institucional, interpessoal e cotidiano. É um racismo velado que, muitas vezes, aparece internamente nos momentos de disputa de poder e de conflitos. Já fora da instituição, as disputas simbólicas tendem a ser explícitas e, muitas vezes, manifestam-se em termos de preconceito, xenofobia e racismo. Não vou me ater aos detalhes: o que importa registrar é que todos esses elementos tendem a negar a dignidade humana dos/as africanos/as que estamos analisando. A recente dissertação da pesquisadora Osmaria Rosa Souza (2018) traz elementos que apontam a presença do racismo estrutural, institucional e cotidiano que afeta a vida de estudantes africanos/as da UNILAB nos territórios do maciço de Baturité.

### **3 GOVERNO TEMER E SUAS ESTRATÉGIAS DE ANIQUILAMENTO DA UNILAB**

A crise global atingiu o seu ápice, no Brasil, com o golpe parlamentar sofrido pela presidenta eleita nas urnas, Dilma Rousseff, em 2016 (GENTILI, 2016; JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016). Em meio à crise política, institucional e econômica, os grupos fascistas e ultranacionalistas revelaram seu desprezo e racismo contra imigrantes e minorias nacionais (MALOMALO, 2017a, 2017b).

Na UNILAB, o nacionalismo fundamentalista, além de aparecer em momentos de conflitos de relações interpessoais (MOURÃO, 2016), mostrou-se também, dentro do processo de *impeachment*

da presidenta Dilma, a partir da boca de um radialista da região de Redenção (Ceará), que acusava os/as estudantes africanos/as de serem terroristas pelo fato de alguns serem muçulmanos/as (MALOMALO, 2017d; SABINO, 2017; SOUZA O., 2018).

A atual gestão do reitor *pro tempore* Anastácio de Queiroz Souza foi iniciada em 2016, junto com o golpe parlamentar que depôs a presidenta Dilma. Chegou num ambiente de divisão interna, tendo, de um lado, o grupo do antigo reitor *pro tempore* (com exceção do vice, que pediu a demissão), que trabalhava pela manutenção do seu poder, e de outro lado o grupo da oposição, desmoralizado pelo fato de não conseguir legitimar, através do CONSUNI, a consulta informal que tinha realizado. Esta consulta informal, inicialmente, contou com o apoio do Sindicato da UNILAB (SINDUNILAB), que auxiliou a estruturação de uma comissão. Essa, conforme o pedido da maioria da comunidade, responsabilizou-se em realizar a consulta informal.

Em 05 de julho de 2017, foi publicado um aditivo (UNILAB, Aditivo III ao Edital nº 17/2017) que visava alterar o edital 17/2017, que trata do processo seletivo de estudantes estrangeiros/as para ingresso nos cursos de graduação da UNILAB.

O aditivo em questão buscava cancelar a demanda orçamentária que vinha garantindo, até então, a assistência material do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para estudantes internacionais ingressos/as na universidade por meio do processo seletivo em seus países de origem. O cancelamento dessa política de permanência seria o desmonte de todo o projeto de internacionalização e integração do Brasil com a África e Timor Leste. Devido à pressão nacional e internacional da comunidade acadêmica (MANIFESTO DA COMUNIDADE ACADÊMICA, 2017; VITÓRIA!..., 2017), a medida foi revogada (UNILAB, IV ao Edital nº 17/2017). Isso não oferece nenhuma garantia de consolidação de uma política sustentável de integração e internacionalização conforme o projeto original. Pelo contrário, em nome de uma visão neoliberal o que se percebe cada vez mais é a vontade política de transformar a UNILAB em qualquer outra universidade pública existente e entregar o seu campus dos Malês à Universidade Federal da Bahia (UFBA).

#### **4 CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO MULTICULTURAL DEMOCRÁTICO NA UNILAB**

Os relatos trazidos e analisados acima podem levar o/a leitor/a não atento/a a acreditar que a UNILAB está fadada ao fracasso quanto aos seus esforços de construir de um espaço acadêmico, multicultural e internacional no interior do Ceará e da Bahia. Não se trata disso. Dentro de suas limitações e contradições, seus agentes – dirigentes, docentes, TEAs e discentes – têm se esforçado para construir uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Os números de alunos/as matriculados/as e as notas de excelência que a maioria de seus cursos de graduação têm recebido da parte de avaliadores do MEC atestam esses compromissos.

Vou me concentrar em apontar algumas soluções que nasceram das críticas que os movimentos de resistência dirigiram aos gestores para esclarecer de melhor forma a minha argumentação. Em relação à questão de falta de representatividade africana nas instâncias de poder, o que podemos observar é que os professores que defendem o projeto original da UNILAB têm debatido isso publicamente. Em 2016 o representante do IHL no CONSUNI levantou esse assunto, e foi montada uma comissão para sugerir mecanismos de contratação de docentes dos países parceiros da UNILAB, especialmente africanos/as.

A eleição da diretora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, ocorrida em 2013, da diretora do campus dos Malês em 2014, e a participação do autor deste texto no pleito eleitoral do IHL, que aconteceu em 2015, têm revelado as possibilidades que os docentes negros/as brasileiros/as e africanos/as dispõem para se eleger e ocupar cargos, embora, como mostramos quando se trata de cargos por indicação, eles/elas têm poucas chances de serem chamados/as. Acontece igualmente que os/as estudantes africanos/s, em seus processos de eleições, conseguem votos de seus/suas colegas brasileiros/as e estrangeiros/as. Porém, eles/elas sempre disputam em situação de desigualdade, quando não se cria um mecanismo que assegure a paridade ou igualdade por raça, nacionalidade e/ou gênero.

A UNILAB é uma instituição que se estrutura em torno dos princípios de cooperação solidária com os países africanos, de defesa



de ações afirmativas e de repúdio ao racismo. A gestão Paulo Speller (2011-2013), mesmo sabendo desses princípios, descuidou da criação de serviços voltados ao atendimento das demandas de gêneros, raça, etnia e diversidade de forma geral e efetiva. De fato, a verdade é que não havia recursos humanos qualificados nos assuntos da interculturalidade que a UNILAB impunha.

Foi na gestão da Nilma Lino Gomes (2014-2014) que se instituiu a Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAE), com duas coordenações específicas: a Coordenação de Políticas Estudantis e a Coordenação de Políticas Afirmativas. Esta coordena os Núcleos de Sexualidade e Gênero e o Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiro. Se, de um lado, assuntos relativos à homofobia e à violência contra a mulher receberam apoios de seus integrantes – não necessariamente institucional –, o racismo sofrido pelos estudantes africanos/as não encontrava um espaço de atendimento (SOUZA, O., 2015; SOUZA, O.; MALOMALO, 2016; SOUZA, O., 2018). Na atualidade, com a criação do Núcleo de Política de Igualdade Racial, o racismo contra os/as estudantes africanos/as vem, aos poucos, sendo debatido devido à insistência da comunidade africana.

Mencionei, anteriormente, que a gestão de Nilma Lino Gomes foi importante para iniciar o processo de estruturação de muitas questões burocráticas que estavam pendentes. É justo incluir aqui também as realizações de sucesso na administração da diversidade que a Pró-reitoria de Cultura e Extensão (PROEX) começou a exercer: valorização da diversidade e empoderamento político e cultural de estudantes, homens e mulheres, de todas as nacionalidades.

Certas iniciativas inauguradas no período de Nilma Lino Gomes tiveram continuidade na gestão de Tomaz Santos (2014-2016). Estão sendo tocadas no sentido a atender muitas das demandas que fizeram e fazem parte das lutas internas, e vou limitar-me a citar somente algumas. O sucessor de Nilma Gomes tinha montado uma comissão para revisar o Estatuto e o Regimento interno, o que levaria aos processos de eleição de dirigentes.

Numa das últimas manifestações que fizemos como o movimento grevista dos docentes, ocorridas entre 30 de junho a 16 de

outubro de 2015, discutimos, numa das audiências com o reitor Tomaz Santos, alguns de nossos direitos internos que foram negados, como o restabelecimento do uso dos e-mails coletivos entre as categorias de servidores de docentes e TEAs, e ele se comprometeu a atendê-los. Comprometeu-se em divulgar igualmente as atas do CONSUNI no site da UNILAB e isso vem sendo feito. Reestruturou o CONSUNI, mas não tinha atendido a uma de nossas demandas: os pró-reitores não deveriam votar dentro desses órgãos pelo fato de ocuparem cargos por indicação e não por voto popular. O não cumprimento dessa demanda tem a ver com o controle do poder de todas as gestões que passaram pela UNILAB de 2011 até 2018.

Os movimentos de resistência de docentes e discentes, que lutaram desde 2013, deixaram suas marcas na UNILAB. Isso fez com que a tentativa de Anastácio Souza de derrubar o projeto original da instituição não tivesse sucesso. Pelo contrário: a pressão para a institucionalização e democratização tinha aumentado, o que levou a comunidade acadêmica a fazer aprovar o seu Estatuto pela resolução 42/2016, alterado pelas resoluções 33/2017 e 34/2017 do Conselho Universitário (UNILAB, 2017). O documento em questão passou a vigor como normativa interna a partir de 1º de janeiro de 2018. Substitui o Estatuto anterior, aprovado pela resolução 04/2013 (UNILAB, 2013). Todavia, não foi ainda aprovado pelo Ministério de Educação (MEC).

O quadro político atual da UNILAB se desenha dessa forma: uma parcela de docentes ligados aos partidos e aos movimentos sociais de esquerda começou a dar apoio à gestão de Anastácio de Queiroz Sousa, vislumbrando permanecer no poder quando este sair. Dessa forma é que, nesse tempo de incertezas, os *campi* da UNILAB no Ceará vêm sendo geridos sob o jogo perigoso dos interesses egoísticos e corporativos e no jogo do poder pelo poder (MALOMALO, 2018). O campus dos Malês, implementado em 2014 em São Francisco do Conde, na Bahia, por não ter poder de barganha, é visto pelo reitor *pro tempore* atual como um gasto inútil e deve, para ele, ser anexado à Universidade Federal da Bahia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UNILAB, como parte da sociedade brasileira, é um campo interessante para investigar os desafios de construção de uma sociedade multicultural situada no sul global. Elegeu-se a perspectiva do multiculturalismo subalterno para investigar de que forma essa instituição vem cumprindo com a sua missão de integração do Brasil com a África.

O que se percebeu é que a integração de estudantes e professores/as africanos/as se processa de forma desigual. A norma que estipula a paridade da presença de estudantes africanos/as em todos os cursos de graduação e pós-graduação na modalidade presencial e de ensino à distância não é cumprida. Não existe nenhum/a TEA africano/a na instituição. Há uma presença mínima de docentes africanos/as que ingressaram pelo concurso público.

O principal motivo encontrado para explicar a ausência de TEAs ou a presença desigual de docentes e discentes africanos/a é o racismo que se manifesta em suas dimensões estruturais, institucionais e interpessoais. Por se tratar de uma universidade que atende aos/as pobres, negros/as brasileiros/as e africanos/as, o “jeitinho brasileiro” é acionado como estratégia de execução de política pública num contexto internacional. Dessa forma, entendemos que, para compreender os fracassos da realização da política de integração e cooperação internacional, é preciso levar em conta as interseccionalidades de raça, classe, gênero e migração dentro da dinâmica de poder que a constitui a UNILAB enquanto uma instituição pública de interior e internacional. Uma leitura interseccionalmente crítica, como essa que estou propondo, ajuda a compreender o lugar que em que os/as africanos/as foram fixados/as na UNILAB.

De forma concreta, as análises focaram nas disputas de poder para a construção de uma universidade multicultural e democrática, levando em conta as ações das gestões do PT (2011-2016), a última gestão do governo Temer (2016-2018) e os seus respectivos grupos internos de oposição. O que se percebeu é que todas as reitorias *pro tempore* conduziram a gestão da universidade a partir dos interesses particulares, corporativistas e partidários.

A integração de africanos/as parece não ser uma prioridade institucional. A África e os/as africanos/as continuam servindo de objeto/sujeitos da retórica partidária para a manutenção da hegemonia governamental e/ou estatal na arena internacional (MALOMALO, 2014). Pelo fato de corpos de negros africanos e brasileiros não significarem nada na política neoliberal, o reitor indicado pelo Governo Temer, em 2016, quase desconfigurou o projeto de cooperação e de integração internacional ao tentar mudar os processos seletivos de estudantes internacionais.

O racismo presente na UNILAB manifesta-se no gerenciamento dessa universidade internacional pelo silenciamento dos/as docentes e discentes africanos/as nas decisões estruturantes da instituição. Isto ocorre de forma particular no que diz respeito às ações de aperfeiçoamento de política de seleção dos/as estudantes, recrutamento ou contratação de docentes e TEAs africanos/as para garantir a paridade ou uma presença significativa nos cargos e cursos.

Reconheço igualmente que salientar os desafios de uma gestão multicultural da UNILAB num contexto internacional não significa necessariamente que nada de interessante aconteça nesse lugar. Pelo contrário: cada gestão, dentro de seus interesses, suas contradições e limitações, tem tentado cumprir a missão da instituição. Minha avaliação é que, ao tentar cumprir essa missão, tende a beneficiar mais aos/às brasileiros/as do que aos/às africanos/as que integram essa comunidade acadêmica. Portanto, os problemas levantados por mim devem ser urgentemente solucionados coletivamente caso a UNILAB queira manter sua proposta inicial de ser uma universidade de integração e cooperação internacional.

## REFERÊNCIAS

ALLAIRE, R. et al. **Politiques publique de la gestion de la diversité et portraits des quartiers de Villeray, Saint-Michel et Parc-Extension**. Québec: [s.n], 2007. Disponível em: <<http://www.aruc-es.uqam.ca/Portals/0/cahiers/C-12-2007.pdf>>. Acesso em: 1 jan. 2008.

ASSIS, A. C. L. et. al. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista GUAL**, v. 6, n. 4, p. 125-46, 2013. Edição especial.

BÂ, A. H. **Amkoullel, o menino Fula**. 2. ed. São Paulo: Pallas Athenas: Casa das Áfricas, 2003.

BENTO, M. A. S.. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a Criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 jul. 2010, p. 4.

COSTA, S. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 38, p. 38-52, mar. 1994.

DAMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

D'ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismo e anti-racismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: UFBA, 2008.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era**. São Paulo: Ática, 1978. v. 2.

FONSENCA, José Dagoberto. **Políticas públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Editora Selo Negro. Coleção Consciência em Debate, 2009.

GENTILI, P. (Ed.). **Golpe em Brasil: genealogia de una farsa**. Buenos Aires: CLACSO; Octube Editorial, 2016.

GONÇALVES, L. A.; SILVA, P. B. G. e. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALL, S. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Orgs). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

KALY, A. P. O Ser preto africano no “paraíso terrestre”: um sociólogo senegalês no Brasil. **Lusotopia**, p. 105-121, 2012. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/resu10006.html>>. Acesso em 25 set. 2011.

LANGA, E. N. B. **Diáspora africana no Ceará no século XXI:** ressignificações identitárias de estudantes migrantes. Fortaleza. 2016. 400f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2016.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas, SP: Unicamp, 2012.

LEITE, J. L. Política de assistência estudantil: entre o direito e o favor. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 41, p. 165-173, 2008.

MALOMALO, B. UNILAB e os desafios futuros. **SURES**, n. 11, p. 1-8, 2018. Entrevista concedida a Samuel Santos. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/sures/issue/view/55>>. Acesso em: 8 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil:** políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (1995-2009). Porto Alegre: Fi, 2017a. v.1

\_\_\_\_\_. **Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil:** políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (1995-2009). Porto Alegre:Fi, 2017b. v.2

MALOMALO, B; MARTINS, E.; FREIRE, J. **África, migrações e suas diásporas:** reflexões sobre a crise internacional, cooperação e resistências desde o Sul. Porto Alegre: Fi, 2017c.

\_\_\_\_\_. Mobilização política dos/as imigrantes africanos/as pela conquista de seus direitos no Ceará. **Capoeira - Revista de Humanidades e Letras**, v.3, p.58 - 87, 2017d.

\_\_\_\_\_. A integração Brasil-África: uso e sentido da cooperação solidária nos discursos de Luiz Inácio Lula da Silva. In: FREITAS, R. C. de; MACHADO SEGUNDO, H. de B. (Orgs.). **Democracia, equidade e cidadania.** Curitiba: CRV, 2015. p. 70-91.

\_\_\_\_\_. Branquitude como dominação do corpo negro: diálogo com a sociologia de Bourdieu. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 13, p. 175-200, mar./ jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Poder simbólico alternativo e identidade étnica: um estudo do Instituto do Negro Padre Batista. **Religião e Cultura (PUCSP)**, v. 5, p. 63-74, 2006.

MCLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 2000.

MANIFESTO da Comunidade Acadêmica da UNILAB do Campus dos Malês contra o Aditivo III, referente ao Edital 17/2017. São Francisco do Conde: [S.l], 2017.

MEDRADO, B. Textos em cena: a mídia como uma prática discursiva. In: SPINK, J. M. (Org.). **Práticas discursivas e reprodução de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999. p. 243-271.

MOORE, C. **A África que incomoda**: Sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

\_\_\_\_\_. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza, 2007

MOURÃO, D. E. Entre Palmares e Liberdade: reconfigurações identitárias de estudantes africanos na Unilab. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 30., 2016, João Pessoa, PB. **Anais...**João Pessoa, PB: ABA, 2016.

PAIXÃO, M. Manifesto anti-racista: ideias em prol de uma utopia chamada Brasil. Rio de Janeiro: DP&A/ LPP/UERJ, 2006.

SABINO, A. E. **Muçulmanos africanos no Ceará**: narrativas e práticas religiosas contemporâneas. 121f. 2017. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2017.

SANTOS, B. de S. Introdução: as tensões da modernidade ocidental. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 429-458.

SOUZA, L. F. de. **Migração para qualificação da força de trabalho e a questão racial**: estudantes africanos/as lusófonos/as negros/as em universidades goianas. 2014. 170 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

SOUZA, Osmaria Rosa. **O papel do Serviço Social na política de assistência estudantil da UNILAB**: promovendo direitos dos/as estudantes africanos/as. 2015. 121f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade Teológica e Filosófica Ratio, Fortaleza, 2015.

\_\_\_\_\_. **Pensando os direitos de cidadania dos/as estudantes africanos/as no Brasil**: estudo de caso sobre a Política de Assistência Estudantil na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-

Brasileira (2010-2017). 2018. 139f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania )- Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2018.

\_\_\_\_\_; MALOMALO, Bas'ilele. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e os desafios da integração perante o racismo contra os/as estudantes africanos/as no Ceará. **Interfaces Brasil/Canadá**, Canoas, RS, v. 16, n. 1, 2016, p. 256-293. Disponível em:< <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/7731/5623>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

TAYLOR, C. et al. **Multiculturalismo**: examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Instituto PIAGET, 1998.

TORRES, C. A. **Democracia, educação e multiculturalismo**: dilemas da cidadania em um mundo globalizado. Petrópolis: Vozes, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ; UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia. **Edital nº 1/2017**: seleção para o Mestrado em Antropologia : turma 2017. 2017. Disponível em: <<http://sitios.ufc.br/mestradoantropologia/wp-content/uploads/2017/03/edital-ppga---ufc-unilab-2017.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável. Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis. **Edital nº 01/2018**. 2018. Disponível em:<<http://proppg.unilab.edu.br/index.php/pos-graduacao/stricto-sensu/masts/editais-masts/selecao-para-a-turma-2018-do-mestrado-academico-em-sociobiodiversidade-e-tecnologias-sustentaveis-masts/>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável . Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis. **Edital nº 01/2017**. 2017a. Disponível em: <<http://proppg.unilab.edu.br/index.php/pos-graduacao/stricto-sensu/masts/edital-masts-012017-edital-para-selecao-de-alunos/>>. Acesso em: 08 jun. 2018

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Graduação. **Edital nº 17/2017**: Aditivo III. Altera o Edital nº 17/2017, que trata do Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros 2017 para ingresso nos cursos de graduação da Unilab. 2017b. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2017/06/Aditivo-III-Edital-nº-17-2017.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2018.



\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Graduação. **Edital nº 17/2017:** Aditivo IV. 2017c. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/noticias/2017/07/14/revogado-aditivo-iii-ao-processo-seletivo-de-estudantes-estrangeiros/>>. Acesso em: 8 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Estatuto aprovado pela resolução 42/2016 e alterado pelas resoluções 33/2017 e 34/2017 do Conselho Universitário.** 2017d. Disponível em: <[http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2018/01/Estatuto-da-Universidade-da-Integra%C3%A7%C3%A3o-Internacional-da-Lusofonia-Afro-Brasileira-aprovado-pela-resolu%C3%A7%C3%A3o-42\\_2016-e-alterado-pelas-resolu%C3%A7%C3%B5es-33\\_2017-e-34\\_2017.pdf](http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2018/01/Estatuto-da-Universidade-da-Integra%C3%A7%C3%A3o-Internacional-da-Lusofonia-Afro-Brasileira-aprovado-pela-resolu%C3%A7%C3%A3o-42_2016-e-alterado-pelas-resolu%C3%A7%C3%B5es-33_2017-e-34_2017.pdf)>. Acesso em: 8 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável. Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis. **Edital nº 02/2016.** 2016a. Disponível em:<<http://proppg.unilab.edu.br/index.php/pos-graduacao/stricto-sensu/masts/editais-masts/processo-seletivo-2014/>>. Acesso em: 08 jun. 2018. Em 2017.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades. Instituto de Humanidades e Letras. Mestrado Interdisciplinar em Humanidades. **Edital de Seleção nº004/2016.** 2016b. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/noticias/2016/08/19/lancado-edital-de-selecao-do-mestrado-interdisciplinar-em-humanidades/>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação . Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis. **Edital nº 007/2014.** 2014a. Disponível em:<<http://proppg.unilab.edu.br/index.php/pos-graduacao/stricto-sensu/masts/editais-masts/processo-seletivo-2014/>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 009, de 08 maio de 2014.** Estabelece *Ad Referendum* o número de vagas a serem ofertadas no processo seletivo do Sistema de Seleção Unificada(Sisu), edição de 2014.2 e no Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros(PSEE) 2014.2, para ingresso no período letivo 2014.3 nos cursos de graduação da Universidade da Integração da Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira(UNILAB). Redenção, CE, 08 maio 2014b. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2014/02/RESOLUÇÃO-Nº-009-2014-Estabele-Ad-Referendum-o-número-de-vagas-a-serem-ofertadas-no-Processo-Seletivo-do-Sisu..pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Estatuto aprovado pela resolução 04/2013**. 2013. Disponível em: < <http://www.unilab.edu.br/estatuto-da-unilab/>>. Acesso em: 8 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Gerais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira**. 2010. Disponível em: <[http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/Diretrizes\\_Gerais\\_UNILAB.pdf](http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/Diretrizes_Gerais_UNILAB.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2015

VITÓRIA! UNILAB revoga corte de auxílios aos estudantes estrangeiros no Ceará. 2017. Disponível em: < <http://midianinja.org/news/vitoria-para-os-estudantes-da-unilab-revogado-corte-de-auxilio-a-estudantes-estrangeiros-no-ceara/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In. CANDAU, V. M. (Org.). **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.